



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

DECRETO Nº 1.015, DE 4 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de auxílio-transporte, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do município de Palmas, na forma que especifica, e adota outras providências.

O PREFEITO DE PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 55 da Lei Complementar nº 8, de 16 de novembro de 1999,

D E C R E T A:

Art. 1º A concessão de auxílio-transporte, no âmbito da Administração Direta e Indireta do município de Palmas, a servidores efetivos, a servidores comissionados ou ocupantes de cargos de natureza especial, a empregados públicos, a contratados temporários e a estagiários, é disciplinada na forma deste Decreto.

Art. 2º O auxílio-transporte tem natureza jurídica indenizatória, é concedido em pecúnia na folha de pagamento mensal, não se incorpora aos vencimentos ou subsídio e destina-se ao custeio parcial de despesas realizadas com o transporte coletivo municipal, nos deslocamentos da residência para o local de trabalho e vice-versa, excetuadas aquelas realizados nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transporte seletivo ou especial.

§ 1º O auxílio-transporte não é considerado para fins de incidência de imposto de renda ou de contribuição para o regime geral ou regime próprio de previdência do Município e para planos de assistência à saúde.

§ 2º O auxílio-transporte não é cumulativo com passagens, indenização de transporte ou qualquer outra vantagem paga sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 3º O valor do auxílio-transporte resultará da correspondência estabelecida entre o valor diário total da despesa realizada com transporte coletivo municipal, multiplicada pelo número de dias efetivamente trabalhados de cada mês.

§ 1º Do total da despesa realizada com transporte coletivo incidirá o desconto de 6% (seis por cento), quando utilizado o limite máximo de 4 (quatro) vales-transportes diários e de 3% (três por cento), quando utilizados 2 (dois), calculado sobre:

I - o vencimento ou subsídio:



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

a) do cargo ou emprego efetivo ocupado pelo servidor, ainda que ocupante de cargo ou emprego em comissão, ou de cargo de natureza especial ou investido em função gratificada;

b) do cargo em comissão ou de natureza especial ou do emprego em comissão.

II - o vencimento ou subsídio do contratado temporariamente.

§ 2º Não se aplica a base de cálculo, a que se refere o § 1º, para a concessão do auxílio-transporte a estagiários, que têm o direito assegurado na forma do art. 12 da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 4º A concessão do auxílio-transporte é condicionada a apresentação de requerimento e declaração de despesas com transporte coletivo, devidamente preenchidos e firmados pelo próprio servidor no departamento de recursos humanos do órgão ou entidade de lotação, o qual deve conter:

I - o valor diário da despesa realizada com transporte coletivo, nos termos do art. 3º;

II - o endereço residencial;

III - os percursos e meios de transportes mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa;

IV - a opção pela percepção do auxílio-transporte no deslocamento trabalho-trabalho em substituição ao trabalho-residência, facultada ao servidor ou empregado público, no caso de acumulação lícita de cargos ou empregos públicos.

§ 1º A declaração deve ser atualizada pelo servidor sempre que ocorrer alteração das circunstâncias que fundamentam a concessão do benefício.

§ 2º Na hipótese de que trata o inciso IV do *caput*, é vedado o cômputo do deslocamento residência-trabalho para fins de pagamento do benefício em relação ao cargo ou emprego público da segunda jornada de trabalho.

§ 3º A autoridade que tiver ciência de que o servidor apresentou informação falsa deverá determinar a apuração imediata, por intermédio de processo administrativo disciplinar, da responsabilidade do servidor, com vistas à aplicação da penalidade administrativa correspondente sem prejuízo da devolução dos valores percebidos indevidamente e das sanções penais cabíveis.

§ 4º O desconto do auxílio-transporte indevidamente pago, bem como o pagamento de diferenças do benefício devido, integral ou parcialmente, será efetuado no mês subsequente àquele em que for verificada a sua ocorrência.

Art. 5º Não haverá a concessão de auxílio-transporte:



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

I - a inativo, pensionista, empregados de empresas de terceirização ou a qualquer pessoa que não integre os quadros de pessoal do Poder Executivo do município de Palmas, ressalvada a concessão a estagiários, prevista na Lei nº 11.788, de 2008;

II - durante afastamentos, licenças, férias ou qualquer período em que não haja efetiva prestação de serviço;

III - a servidor que, por força de lei específica, possua gratuidade no transporte coletivo;

IV - durante feriado ou ponto facultativo, salvo aqueles servidores no exercício de atividades essenciais.

Art. 6º No caso de servidores ou empregados públicos cedidos ou postos à disposição, o auxílio-transporte será custeado pelo órgão ou entidade cessionária.

Art. 7º No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação deste Decreto, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal deverão implementar o pagamento do auxílio-transporte unicamente em pecúnia.

Art. 8º Incumbe aos órgãos e entidades da Administração Pública municipal rever, até o mês subsequente ao da implementação do pagamento do auxílio-transporte em pecúnia, os valores dos contratos de prestação de serviços de terceiros, dos quais decorram despesas relacionadas, direta ou indiretamente, com a aquisição de vale-transporte.

Art. 9º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos autorizada a editar normas complementares necessárias à fiel execução das disposições deste Decreto.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. São revogados os Decretos nº 96, de 28 de maio de 2007, nº 265, de 9 de abril de 2012 e nº 417, de 27 de março de 2013.

Palmas, 4 de maio de 2015.

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA
Prefeito de Palmas

Alan Barbiero
Secretário Municipal de Administração e
Recursos Humanos

Adir Cardoso Gentil
Secretário Municipal de Governo e
Relações Institucionais